

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 476.087 - AC (2018/0283652-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
EMBARGANTE : **SIDNEY DA SILVA LIMA**
ADVOGADO : **FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO** -
AC000777
EMBARGADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. NÃO CABIMENTO.

1. Pedido de reconsideração, apresentado dentro do quinquídio legal, deve ser recebido como agravo regimental, em homenagem ao princípio da fungibilidade.
2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe agravo regimental contra decisão do relator que, em *habeas corpus*, defere ou indefere medida liminar, de forma motivada.
3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, o qual não se conhece.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, receber os embargos de declaração como agravo regimental e não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente e Relator